

A OCUPAÇÃO DAS VÁRZEAS NA CIDADE DE BELÉM: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS.

Márcia Aparecida da Silva Pimentel
Universidade Federal do Pará - UFPA
mapimentel@ufpa.br

Viviane Corrêa Santos
Universidade Federal do Pará - UFPA
vivisantosgeo@yahoo.com.br

Flávia Adriane Oliveira da Silva
Universidade Federal do Pará - UFPA
flavia_adriane@yahoo.com.br

Amanda Cristina Gonçalves
Universidade Federal do Pará - UFPA
ccb_amanda@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: GEOMORFOLOGIA E COTIDIANO

RESUMO

Este trabalho se pauta nas consequências socioambientais decorrentes do processo de ocupação das várzeas existentes no primeiro eixo de expansão da cidade de Belém do Pará. Sua relevância se dá em destacar a ação do Estado na valorização das várzeas, promovendo um círculo histórico de retirada da população mais pobre que já se adaptou às características ambientais da área e substituindo-a por sujeitos mais abastados. Objetiva-se analisar a importância que as várzeas representam para seus moradores, além das consequências ambientais causadas a seus afluentes no processo de urbanização promovido pelo Estado, uma vez que estas áreas foram aterradas, mas atualmente são alvo da especulação imobiliária. Para a realização desse artigo foram necessárias pesquisas bibliográficas, levantamento documental, além de leituras mais atuais sobre pesquisas acerca da situação habitacional em Belém. Observou-se que ao longo do processo de ocupação dessas áreas centrais de Belém, as várzeas sempre foram deixadas de lado para a ocupação dos pobres porque são inadequadas à moradia, pois estão sujeitas aos alagamentos periódicos. Atualmente são valorizadas pelo capital, não sendo mais o lugar dos antigos moradores. Estes são direcionados às áreas ainda desvalorizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Várzeas, ocupação de Belém, impactos socioambientais.

ABSTRACT

This work is guided by the social and environmental consequences that arise from the process of occupation of existing wetlands during the first expansion axis of the city of Belém do Pará. Its relevance is to highlight the state's valorization of wetlands, promoting a historical circle of withdrawal of the poorest population – who were adapted to the environmental characteristics of the area – replacing that with wealthy people. The objective is to analyze the importance of wetlands for their residents, and the environmental consequences caused to their affluents in the urbanization process promoted by the state, since these areas were grounded, but have being currently the target of speculation. To carry out this article it were necessary bibliographical and documental research, and reading the most current research on housing situation in Belém. It was observed that during the process of occupation of these central areas of Belém, the meadows were always set aside for the occupation of poor people, as they are unsuitable for housing because of their periodic flooding. Currently, these areas are appreciated by capital, but are no more the place of the former inhabitants, that are directed to areas still undervalued.

KEY WORDS: Wetlands, occupation of Belém, social and environmental impacts.

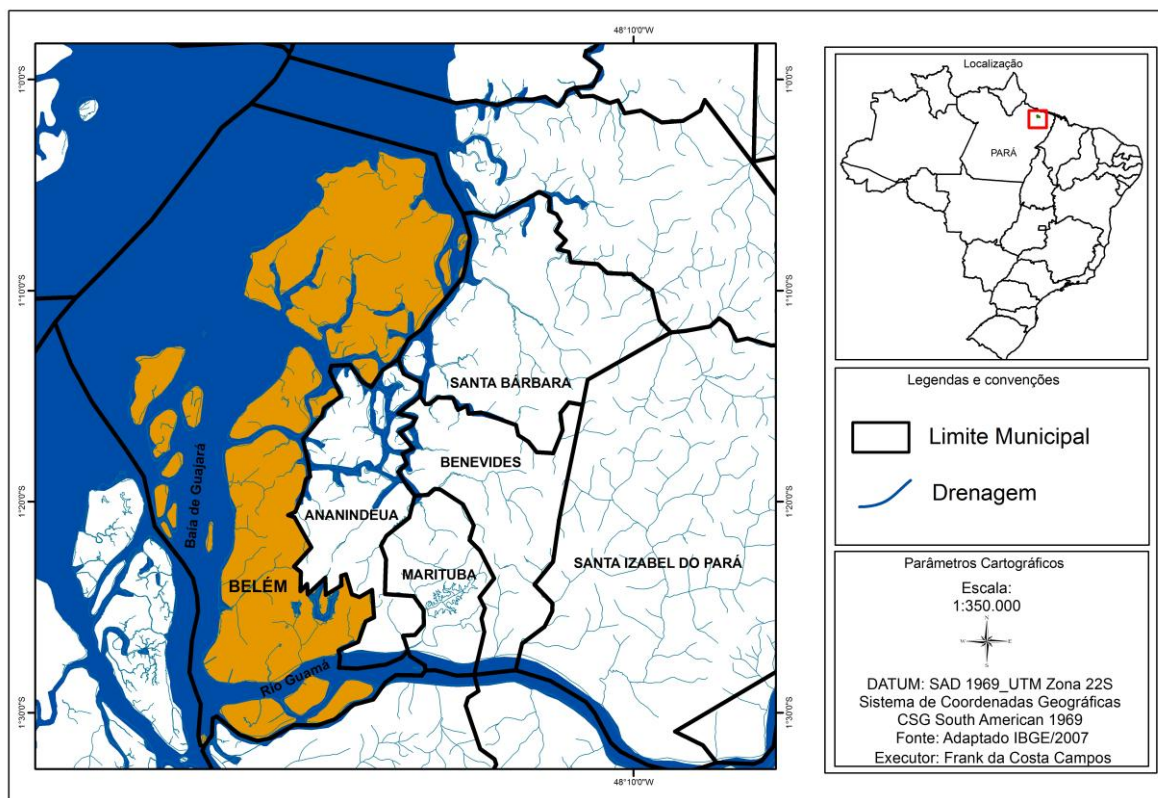
INTRODUÇÃO

Sendo Belém uma cidade banhada por rios, é constituída por inúmeros afluentes conhecidos mais popularmente como igarapés, a grande maioria deles foram aterrados e retificados¹, em decorrência do processo de ocupação urbana de Belém e perderam com isso sua importância social anterior, que era de lazer, retirada de recursos naturais para subsistência, tráfego, entre outros.

A cidade de Belém segundo Ferreira (1995) localiza-se, conforme mapa 1, numa península cercada ao sul pelo rio Guamá, a oeste pela baía do Guajará, ao norte pelo Furo do Maguari e a leste limita-se com o município de Ananindeua.

Está a margem direita da baía de Guajará entre as coordenadas 1°20' de latitude sul e 48°30' de longitude oeste de Greenwich tendo suas características geomorfológicas de baixa à levemente ondulada, situando-se entre terrenos secos e alagados os quais compõem diferentes tipos vegetacionais e espécies animais (H.W Bates, 1944 *apud* Pinheiro, 1987).

Figura 1 – Mapa de localização de Belém e sua Região Metropolitana (RMB)



Os processos geológicos ocorrentes na Amazônia acabaram gerando um modelado em Belém, este por sua vez se subdivide em duas unidades morfológicas que são: terraços de idade pleistocênica - Terra-firme que não sofrem inundações periódicas, com topografia que varia de 4 a 20 metros de altitude, coberto por laterita.

¹ Tendo estes função de depósitos de esgoto a céu aberto, sendo denominados popularmente de canais.

A segunda unidade são as planícies holocênicas denominadas de várzeas ou baixadas², com níveis topográficos baixos que vão de 0 a 4 metros de altitude. São áreas que sofrem inundações diárias, que se dão pela influência das marés ou de índices pluviométricos intensos. As várzeas estão presentes no entorno da baía do Guajará, do rio Guamá e baixos cursos dos igarapés que recortam a Região Metropolitana de Belém. (Ferreira, 1995, p. 31)

JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA

As características geomorfológicas de Belém devem ser levadas em consideração para entender o processo de ocupação desse município. Esse processo ocorreu às margens de rios e igarapés, se expandindo para as áreas de terra firme. O eixo de ocupação para estas áreas ocorreu como alternativa à não ocupação de baixadas. Essas áreas, por sua vez, eram vistas como entraves ao primeiro eixo de ocupação de Belém, o que levou o Estado a efetivar constantes ações de aterramento de diversos corpos hídricos.

No contexto do processo de ocupação de Belém, as áreas de Terra Firme foram ocupadas pela classe social mais abastada. Restando às pessoas consideradas mais pobres da cidade a ocupação de áreas alagadas como alternativa de moradia na área central, mesmo sendo inadequadas à ocupação. Por isso, num primeiro momento, não foram alvo de interesse nem do Estado nem dos demais sujeitos sociais. Mas, que no decorrer das duas últimas décadas vem despertando interesses imobiliários, sendo notória a implantação de serviços infraestruturais nessas áreas e a consequente impossibilidade de seus antigos moradores continuarem a viver lá após seu processo de valorização.

Diante do exposto é relevante se destacar o histórico do processo de ocupação de Belém para compreender a dinâmica de tal processo e sua influência na configuração sócioambiental das baixadas.

Primeira fase do processo de ocupação de Belém:

Referente ao processo inicial de expansão urbana ocorrida em Belém Moreira (1966) a definiu a partir de três fases, que são: “Periférica ou Ribeirinha”, que data da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII; a fase da “Penetração” de meados do século XVIII até meados do século XIX; e como última fase a ser desenvolvida a “Continentalização” que foi do século XIX até o presente, se ressaltando que esses tempos são aproximados. (SANTOS, 2012)

Em função do objetivo do trabalho estruturado se pautar na análise dos impactos socioambientais da área central de Belém, serão consideradas as duas primeiras fases: que vão de 1616 a meados do século XVIII.

Belém que segundo Moreira (1966), se situava no vértice de um estuário, no encontro entre as águas marítimas e fluviais, teve seu processo de ocupação em função dessas influências hídricas, uma vez que os dois primeiros bairros, a saber, a Cidade surgiu às margens do rio Guamá, e a Campina às margens da baía do Guajará ou do estuário.

² As baixadas são consideradas várzeas das bacias hidrográficas de Belém segundo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, contido em CODEM (1976, p. 28-30) *apud* Rodrigues (1996, p. 161).

O primeiro bairro, Campina, era uma porção de terra separada da parte continental de Belém pelo Pirí de Jussara, ou Alagado (termo oriundo da língua indígena) segundo Corrêa (1989). Cabendo ressaltar que ele “possuía 1.320 m de largura, por 660 de comprimento” conforme Penteado (1968).

A existência desse elemento natural – Pirí, tão extenso, acabou separando a área ocupada pelo forte militar da outra parte que era continental, esse fato gerou sobre o Pirí uma visão pejorativa, sendo visto por alguns como um empecilho ao crescimento de Belém. Uma vez que a ocupação dessa cidade ocorreu como em uma “ilha”, já que tinha o alagado que impedia o acesso direto com o continente, mas isso não foi determinante para a não ocupação da parte fragmentada, já que além da ocupação do forte, surgiram aglomerações oriundas de pequenos grupos de colonos. (SANTOS, 2012)

Este fato deu origem a três ruas que foram a rua do Norte, a Espírito Santo e a dos Cavalheiros, que são conhecidas atualmente como as respectivas: Siqueira Mentas, Dr. Assis e a Dr. Malcher. Além de quatro travessas que foram as da Residência (posteriormente Vigia), Atalaia (Joaquim Távora), Água das flores (Pedro de Albuquerque) e da Borroca (Curupá).(CORRÊA, 1989, p.77)

A ocupação dessa área central do bairro da Campina se formou para além da transposição do igarapé do Pirí, acesso feito através da construção de uma ponte de madeira. O que também ocasionou a criação de novas ruas como: Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo), São Vicente (atual Manoel Barata), Rua da Praia (atual XV de Novembro) entre outras.

Essas dificuldades passadas nesse processo de ocupação de Belém, devido às características físicas de seu centro, fez com que até o século XX se evitasse a ocupação de várzeas, que são áreas consideradas alagadas ou alagáveis, e se priorizasse as de cotas altimétricas mais altas. Fato corroborado por Mendonça (2004) que ressalta que o processo histórico de ocupação das áreas centrais das metrópoles até por volta de meados do século XX evitaram as áreas consideradas em situações físicas impróprias a esse processo.

Segundo análise de Corrêa (1989, p.87), até esse momento:

(...) não havia nenhuma forma expressiva de segregação sócio-espacial intra-urbana, pois a renda da terra era, então inexistente. A fácil acessibilidade a qualquer ponto da cidade e a ausência praticamente absoluta de serviços ou melhorias urbanos, desproveram tal renda de seus elementos formadores essenciais.

O que mostra que diferentes sujeitos vinham ocupando o espaço considerado central de Belém sem distinção nítida de ocupação de determinada área a partir de classe social.

Já no século XVIII, durante a “Era Pombalina”, momento o qual a Amazônia assumiu importância econômica, a cidade de Belém teve um crescente fluxo demográfico ocasionando a densificação do bairro da Campina, mas precisamente de suas transversais, em meio a essa densidade começou um processo de embelezamento das ruas – “grande parte das ruas foram calçadas em grês ferruginoso” (p.91) – essa generalização foi entendida como um fato que contribuiu para evitar o surgimento da segregação intra-urbana.

A constituição histórica e geográfica de Belém se deu a partir de suas características ribeirinhas, seus cursos hidrográficos serviam como via, atrativo, e o campo de ação militar. Em decorrência de

seu crescimento populacional houve um distanciamento da sociedade desse elemento natural, que se dirigiu para o seu interior. (MOREIRA, 1966)

Segunda fase do processo de ocupação de Belém:

Posteriormente por volta da segunda metade do século XVIII o vetor de crescimento urbano se direcionou a atual Avenida Nazaré que tinha como características as áreas de Terra Firme, lugar onde se encontravam as famílias mais ricas, com suas casas de campo ou Rocinhas³ que na época eram símbolo de riqueza. (RODRIGUES, 1996)

Por volta de 1777 o Governo de Pombal caiu e com ele a Companhia de Comércio do Grão Pará, o que contribuiu para o abalo da venda de especiarias da Amazônia para o mercado europeu, além de ter ocorrido nesse mesmo momento à liberação da mão de obra escrava negra, que se encontrava ociosa. A partir de então, houve o “aumento demográfico” e com isso, acrescentou-se o número de sujeitos mais pobres na cidade, o que gerou maior ocupação dessas áreas as margens dos cursos hídricos.

Em decorrência do desenvolvimento do bairro da Campina e o surgimento de seus vetores de expansão urbana o Estado começa a pensar os projetos urbanísticos para Belém. Nesse contexto, houve a chegada do major engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfelds, que era o responsável em solucionar o problema causado pelo Pirí, trazendo consigo algumas propostas como a criação de um lagamar em que o acesso se daria através de canais navegáveis, vindo a transformar Belém no que alguns autores denominaram posteriormente de “Veneza da Amazônia”. No entanto, essa proposta acabou sendo negada e esse “problema” se estendeu por diversas administrações coloniais.

Posteriormente, de 1803 a aproximadamente 1823, ocorreu o aterramento ou ensecamento⁴ do igarapé da Pirí para facilitar o acesso de um lado a outro, ligando assim, os bairros da Cidade ao da Campina.

Por volta da segunda metade do século XIX, a cidade ganhou inúmeros serviços urbanos⁵, como: bondes eletrificados, iluminação pública, serviços de esgoto, limpeza urbana, forno crematório, corpo de bombeiros, calçamentos de ruas e avenidas, entre outros. Essa nova configuração urbana foi proporcionada em virtude do surgimento da atividade gomífera na Amazônia. Em meio a essa gama de serviços que surgiram, primeiramente no bairro de Nazaré, que, posteriormente se estendeu para outros, como Umarizal e Batista Campos, é que Rodrigues (1996), considera a expressividade do

³ Conforme Tocantins (1963) *apud* Corrêa (1989, p.94), “(...) eram casas de campo que obedeciam ao estilo simples das fazendas brasileiras, inteligentes adaptações de formas e conceitos portugueses às peculiaridades do clima(...)”

⁴ Segundo Rodrigues (1996) a política de aterramento vigente nessa cidade ocasionou a constante perda do equilíbrio do ecossistema urbano, uma vez que o próprio ambiente tem o seu sistema de drenagem, sendo esta cidade formada por um rico sistema hídrico, como rios, igarapés, córregos e lagos de determinada parcela do solo, onde esses elementos respondem pelos movimentos cíclicos de enchentes e estiagem.

⁵ Para dar lugar a essa gama de serviços infraestruturais, houve nessa área o aterramento do igarapé Murutucu, que historicamente é de grande importância cultural para os católicos de Belém, uma vez que foi nesse lugar que foi encontrada a imagem da Santa de Nossa Senhora de Nazaré.

processo de segregação espacial, uma vez que tais serviços vão ocasionar inúmeras dinâmicas espaciais como especulação imobiliária, a valorização dos imóveis e da área central.

Esse fato contribuiu para provocar o direcionamento do vetor de ocupação para o interior de Belém, restando as áreas de várzeas aos sujeitos mais pobres, que tinham essas áreas como única alternativa de moradia no centro da cidade.

O vetor de ocupação para o interior de Belém também alcançou outros bairros considerados nobres, como os bairros da Pedreira e do Marco, os quais eram cortados por um grande número de igarapés e que na administração do intendente Antônio Lemos foram aterrados para dar lugar a construção de ruas largas e perpendiculares, fato que acabou gerando inúmeros problemas tais como: habitação, saneamento e infraestrutura. (CORRÊA, 1989).

As várzeas como alternativa de ocupação das áreas centrais de Belém:

No processo histórico de urbanização de Belém pode-se ter como marco, para analisar a expansão da ocupação das várzeas, a década de 1950. Nesse período houve uma intensa expansão horizontal para além do “Cinturão Institucional⁶” conforme mapa 1, que a partir de 1940, formou-se no entorno do arco da 1ª Léguas patrimonial. Paralelamente realizava-se um contínuo processo de ocupação de áreas de baixadas dentro dos marcos da 1ª Léguas. (SANTOS, 2012)

Segundo Rodrigues (1996), ainda havia como agravante que contribuía para ocupação das várzeas, o fato de que:

[...] o “cinturão institucional” estrangulava o crescimento da cidade. As populações de baixa renda, aos poucos começavam a transpor essa barreira constituída por enormes propriedades institucionais. Porém, o centro da cidade responsável por grande parte dos empregos e as grandes dificuldades de deslocamentos para além do “cinturão” devido ao precário sistema de transporte, assim como o controle das áreas de sítio alto pelas populações de alta renda, pressionavam a população a ocupar as áreas baixas da cidade [...]” (p.164).

Não bastando às pressões criadas pelo cinturão institucional, no sentido de conter os avanços populacionais para além de seus limites, somado ao processo de segregação⁷, as características naturais existentes nos limites da 1ª Léguas também contribuíram para a situação de falta de alternativas de áreas adequadas à moradia. (SANTOS, 2002)

Entre as décadas de 1940 e 1960 ocorreu um aumento do fluxo de imigração, composto por sujeitos das tropas de guerra que iam em direção à Amazônia e ficavam em Belém. Esse aumento populacional estava associado ao revigoração do comércio da borracha em Belém e principalmente, à sua excelente localização geográfica, considerada estratégica. (PENTEADO, 1968)

⁶ O cinturão Institucional, considerado uma vasta extensão de terra, configurou-se enquanto uma tentativa de contenção ao avanço da expansão urbana de Belém, sendo constituída por bases militares e instituições públicas como a EMBRAPA. (CORRÊA, A. 1989).

⁷ Os sujeitos pobres da cidade vieram passando historicamente ao serem encaminhados às baixadas como solução de moradia no centro de Belém.

Em meio a esse fluxo populacional desse período intensificou-se a ocupação das áreas de baixadas, e ainda contribuiu para o aumento de problemas, tais como: crise econômica, desemprego, crescimento demográfico intenso, aliado ao baixo poder de investimento do setor público.

O processo de ocupação das baixadas do centro, contribuíram para intensificar o surgimento de periferias caracterizadas a partir da construção das casas em palafitas, localizadas as margens de igarapés e rios, passagens sobre estivas, bem como a vida humilde e cheia de dificuldades passadas por seus habitantes, entre outros elementos.

Segundo Penteado (1968) a ocupação de Belém entre o período de 1950 a 1960 era fragmentada, apresentando a seguinte divisão: área central (bairro do Comércio), bairros periféricos ao centro (Cidade Velha e Reduto), bairros da Zona Sul (Batista Campos, Jurunas, Cremação, Condor, Guamá), bairros da Zona Leste (Nazaré, São Brás, Canudos, Terra Firme) e bairros da Zona Norte (Umarizal, Matinha, Telégrafo Sem Fio, Sacramento, Pedreira, Marco, Sousa, Marambaia).

Na década de 1960 os bairros localizados nas zonas norte e sul eram os mais populosos de Belém, com cerca de 280 mil pessoas. Esse fato ocorreu devido a essas zonas serem ocupadas por uma população considerada:

(...) muito pobre e bastante prolífera, que reside em pequenas casas ou em 'barracas', construídas em lotes diminutos, às vezes, mesmo, sobre as margens lodosas de igarapés, ao passo que a área central se vai esvaziando, graças a invasão do comércio, e os bairros da zona leste se estabilizam na tranquilidade de seus amplos quarteirões, separados pelas largas avenidas muito arborizadas. (PENTEADO, 1968, p. 197)

Os bairros da zona norte têm uma característica em especial, pois apresentam uma função eminentemente residencial, habitada por uma classe pobre e que se caracteriza por uma ocupação de estrutura considerada desordenada, denotada por suas ruas tortuosas, com matos, e água empossada que se concentrava nas partes mais baixas do terreno. Dentre esses bairros, a Matinha tem como particularidade um relevo em formato de anfiteatro, correspondendo a uma bacia que recebe influência do igarapé do Galo.

Mendonça (2004) ratifica que por volta da década de 1950 e, em especial na década de 1930, foram implementadas políticas públicas de intervenção nas redes de drenagem (obras de retificação e canalização de cursos hídricos em áreas urbanas), além de aterramento de áreas de várzeas para sua inserção na ocupação da malha urbana.

A valorização dessas áreas contribuiu em grande parte para retirada dos sujeitos mais pobres que, num primeiro momento, ocupavam as baixadas. Consequentemente, houve um redirecionamento desses sujeitos para além da Primeira Légua Patrimonial de Belém, já que a área central teria que ser disponibilizada para a elite local. Essa desocupação ocorreu, a partir de um processo de valorização que se deu primeiramente em virtude do aterramento e posteriormente pela implantação de serviços infraestruturais promovidos pelo Estado.

Rodrigues (1996) destaca a predominância de um traçado irregular da malha urbana de Belém, tendo como exceções principalmente o bairro do Marco e os Conjuntos Habitacionais. Esse fato deve-se pela procura de terras que apresentavam cotas mais altas para a expansão da cidade. No entanto, não deixou de lado a ocupação das áreas de baixada, vindo os arruamentos, segundo o autor, a obedecer a uma dança das águas.

Tal fato poderia ter ocorrido de outra forma caso tivesse sido levado em consideração a proposta de transformar Belém numa cidade fluvial, aos moldes de Veneza, pensada pelo Presidente Jerônimo Coelho e antes dele, ainda no período colonial por Gronsfeld, que propunha “(...) o aproveitamento dos igarapés em vias navegáveis, dentro da cidade. Nada de aterrâ-los, e sim canalizá-los. Resolveria o problema das enchentes e daria à cidade uma outra feição urbanística.” (RODRIGUES, 1996, p. 163). No entanto, essa alternativa de abertura de canais navegáveis no interior de Belém não foi levada em consideração, tão pouco a questão socioambiental.

É relevante destacar que até a década de 1960 o centro de Belém já estava consolidado, estando parte das áreas de Terra Firme sobre o domínio das classes mais ricas. Além de 60 km² dessas áreas, estarem sobre o domínio de órgãos civis e militares. Quanto às áreas de várzeas, estas chegam em torno de 40% do território de Belém.

As baixadas abrigaram uma população de 765,476 habitantes segundo censo do IBGE (1991). Conforme dados da Prefeitura Municipal de Belém (2001) *apud* Pereira (2009, p. 159):

“(...) quando a densidade domiciliar brasileira totalizava 3,96 habitantes por domicílios e a densidade geral de Belém 4,58 habitantes por domicílio, a densidade na área de baixada de Belém eram de 4,70 e 4,82 habitantes por domicílio nas baixadas do Guajará e do Guamá, respectivamente.”

As áreas de baixadas são classificadas pela prefeitura como área de habitação subnormal, por apresentarem uma série de carências, tais como: ausências de vias de concreto, falta de abastecimento de água e luz, ausência de um sistema de tratamento de esgoto, precárias habitações que em sua maioria são construídas em palafitas, sistema viário deficiente, entre outros.

Reivindicações dos moradores de várzeas por qualidade de vida.

As áreas de várzeas apesar de serem consideradas estratégicas pela proximidade dos serviços e mercado de trabalho, que se concentravam no centro de Belém, apresentavam outro lado nada agradável. Essas áreas, por abrigarem as habitações nas encostas dos vales fluviais ou mesmo em áreas que sofrem constante influência de marés, acabam revelando as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, sem alternativas de adquirir uma habitação em espaço adequado ou pelo desinteresse em sair da área central. Esses sujeitos acabam se adaptando a dinâmica ambiental ocorrentes nessas áreas.

E assim percebem, que para continuar suas reproduções sociais nesses ambientes, considerados muitas vezes inóspitos, vão ter que conviver com situações degradantes como: constantes alagamentos de suas casas ou ruas (ou estivas), odor produzido pela água parada e o lixo que geralmente é depositado diretamente nos cursos hídricos. Além da falta de saneamento básico, da construção de fossas negras, que contribuem para o despejo de seus dejetos diretamente nos corpos hídricos.

Todas as dificuldades passadas por esses sujeitos populares acabaram motivando-os a reivindicarem qualidade de vida, para poderem viver de forma digna, além de sua permanência no centro urbano, que eram onde habitavam e já haviam construído vínculos afetivos entre os outros moradores e o ambiente que o cercam.

A atuação do Estado nas áreas de baixada começou a ser percebida a partir da década de 1960, como resultado da pressão exercida pela própria população residente dessas áreas sobre o poder Público, que teve como uma de suas ações mais significantes, a criação do Departamento de Obras e Saneamento (DNOS). Outro elemento importante que contribuiu para a criação deste órgão foi o crescimento da cidade, levando a intensificar a busca por espaços em solo urbano, até mesmo os espaços outrora desvalorizados pelo mercado imobiliário, vindo esses a passar por processos de valorização. No entanto, a posse desses espaços passa a ser de controle de outro público alvo, pertencentes à elite local. (ABELÉM, 1989)

A partir da década de 1970, o Poder público começa a realizar estudos sobre as áreas de baixadas com vista a analisar as formas mais eficazes de intervir em tais lugares. Entre suas ações foi realizado um levantamento aerofotogramétrico da cidade, além da implantação do Plano de Ação Imediata (PAI). No fim dessa mesma década, inicia um programa denominado Recuperação das Baixadas de Belém, começando pelo Igarapé do São Joaquim que pertence à Bacia do Una, local denominado de Barreiro.

OBJETIVO

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise acerca das conseqüências socioambientais causadas pelo processo de ocupação da área central de Belém devido a falta de planejamento urbano, demonstrando quais as implicações para seus corpos hídricos, bem como, a forma de reprodução social construída nas áreas de baixadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maior parte das ações realizadas pelo poder público nas áreas de várzea não proporcionou avanços reais à vida dos seus moradores. As melhorias na infraestrutura urbana trazidas pelo Estado, em sua maioria, não está de acordo com o cotidiano dos residentes das baixadas, pois estes não foram convidados a participar da elaboração dos projetos em conjunto com o Poder Público. Portanto, os planos não levaram em consideração as verdadeiras necessidades da população envolvida.

As modificações efetivadas pelo Poder público nas áreas de baixadas trouxeram consigo: aumento no preço dos impostos, especulação imobiliária e a mudança dos moradores. Estes não podendo mais arcar com seus novos custos habitacionais correm em busca de novas áreas, onde sua moradia esteja condizente com sua situação financeira. Diante disso, se direcionaram novamente para outras áreas de baixadas.

(...). Quando ficar pronto vai ficar caro e não vai ser pra nós. Que nem no igarapé das Almas, espalharam o pessoal que morava lá e hoje ninguém que eu conhecia está morando lá. Está tudo uma maravilha, nem parece o que era antes. Só prá rico

morar, não é pra gente pobre. É edifício, fábricas, ...Casa de pobre ninguém mais viu lá". (ABELÉM, 1989, p. 126-127)

Esse processo contínuo de melhoria das baixadas, que concomitantemente promove a valorização desses espaços, bem como o aumento de seus impostos e a decorrente mudança de seus habitantes para novas áreas é o que Trindade Jr. (2009) chamou de Requalificação Urbana. Processo que contribui significativamente para o aumento da área urbana de Belém e para a delimitação de sua região metropolitana.

As políticas de renovação urbana de Belém, que se originaram basicamente por volta da década de 1980, pensadas pelos projetos de micro e macrodrenagem das bacias hidrográficas, acabaram redirecionando grande parte dos antigos moradores de baixadas para outros municípios criados para além da Primeira Léngua Patrimonial.

As áreas de várzea de Belém são vistas por outros sujeitos sociais como alvo estratégico à especulação imobiliária, em virtude de estarem localizadas em áreas centrais. Tem-se assim, inúmeros exemplos que respaldam essa afirmação, como o caso da Doca de Souza Franco. Nesta área, as habitações em palafita foram substituídas por edifícios com valores exorbitantes. Dessa forma, ocorreu o redirecionando dos habitantes, que outrora ocupavam essa área, para o Conjunto Habitacional Nova Marambaia, criado na década de 1970. Um conjunto que na época era pouco habitado e não possuía linha regular de ônibus, fazendo com que seus moradores andassem 18 Km para chegarem ao centro de Belém. (ABELÉM, 1989)

Outro exemplo é o caso da macrodrenagem da bacia do Una, projeto que inicialmente trouxe benefícios aos moradores de seu entorno. Contudo, grande parte não resistiu à especulação imobiliária e se deslocaram “espontaneamente” para outras áreas menos valorizadas de Belém.

No tocante aos impactos ambientais ocorrentes nas áreas de baixadas, esses podem ser expressos em mudanças em suas paisagens, principalmente no que se refere ao desmatamento da vegetação ciliar (as margens dos igarapés), retirando espécies nativas mais comuns como aninga (*Montrichardia arborescens schott*), mururé (*Eichhornia azurea Kunt*) e dentre outras. Além do desmatamento outros impactos ambientais ocorreram, tais como: a alteração da qualidade da água dos corpos d'água, decorrente do despejo de efluentes domésticos diretamente em seu curso, sem nenhum tratamento ou seleção adequada; o despejo de resíduos sólidos nos igarapés, rios e solo, quando não se contava com a coleta seletiva realizada pela prefeitura; alteração do modelado do relevo em decorrência dos aterramentos feitos em algumas áreas de várzea com o uso de caroços de açaí, casca de castanha, serragens e lixo, visando melhorar o deslocamento dos moradores e conter as enchentes nessas áreas; o processo de erosão e, conseqüentemente, o assoreamento dos igarapés com a supressão da cobertura vegetal nas margens dos corpos dos corpos água (FERREIRA, 1995)

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico e documental referente ao processo histórico de ocupação de Belém, além de leituras mais atuais sobre pesquisas

acerca da situação habitacional em Belém e as políticas públicas pensadas para suas áreas centrais, em especial as áreas de baixadas.

CONCLUSÕES

As áreas de baixadas expressam claramente a segregação sócioespacial, visto por meio do uso do solo urbano destinado a moradia. Todos os processos estruturadores da cidade, a saber: o processo de ocupação das baixadas, o processo de periferação da cidade, a verticalização acelerada, os vazios urbanos entre outros de caráter socioeconômico, estão na raiz da segregação sócioespacial. Fatores que contribuem para a concentração da população de baixa renda na periferia distante e nos terrenos de baixada, que representam características de insalubridade, dificuldade de acesso e localização desvalorizada.

O que se observa é que a situação dos cursos hídricos de Belém tende a se agravar cada vez mais, uma vez que dos 68 canais que cortam a cidade, é visivelmente percebido que todos estão poluídos, seja por lixo doméstico, eletrodoméstico e eletrônico, resíduos de fossas domésticas e efluentes industriais. Percebe-se então, que não são mais vistos como os igarapés de algumas décadas atrás, que eram outrora considerados ambientes agradáveis para lazer, pesca e encontro de amigos e vizinhos. Atualmente, são vistos como canais, considerados inadequados ao banho, ao lazer e ao consumo direto, já que apresentam águas insalubres.

O processo de ocupação das áreas de baixadas, atrelada ao fato da emissão de lixo e esgoto doméstico é de fato uma das razões que levaram a poluição dos antigos igarapés e rios. É importante destacar que outros fatores foram responsáveis por esse fato, uma vez que o poder público ao se omitir da responsabilidade em garantir, às classes mais pobres, moradia e fornecimento de serviços considerados básicos à reprodução social de forma digna, fez com que esses sujeitos encontrassem como única alternativa de vivência ocupar e residir em áreas de baixadas, visando manterem-se no centro da cidade. Sem contar, com o fato do próprio Estado ter promovido a substituição de sujeitos, das classes mais pobres, que moravam nas áreas de baixadas do centro, pela classe mais elitizada após a revitalização dessas áreas, trazendo serviços infraestruturais não oferecidos outrora aos sujeitos que lá habitavam.

Isso vem demonstrar uma política excludente que ocorre em vários momentos do processo de ocupação urbana de Belém. Os sujeitos mais pobres do centro vão sendo “empurrados” para áreas distantes em decorrência da política de embelezamento urbano da cidade. Em meio a essa situação, os ambientes de baixadas, onde se encontram grande parte de rios e igarapés, passam pelo processo de revitalização urbana, que dá origem aos atuais canais a céu aberto, canalização ou aterramento de corpos hídricos para aumentar o espaço central da cidade.

Em meio a todo esse processo de “embelezamento” da área central pelo qual Belém passa ao longo de sua história, o que se destaca é a necessidade de valorização pelas quais essas áreas sofreram,

já que estão dentro de uma lógica capitalista. Lógica esta que desconsidera as características ambientais, bem como os sujeitos que habitam esses ambientes.

Portanto, o que se demonstra é que esses projetos pensados para as áreas de várzea, não levam em conta o retorno da qualidade dos cursos d'água existentes na cidade, muito menos manter a qualidade de vida da classe mais pobre nessas áreas. A pretensão é readequar essas áreas a qualquer custo para atrair outra classe social, a elite, que tem condições financeiras que lhe proporcionam usufruir desses espaços tão valorizados.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e Remoção: Por que e para quem?**. Belém: UFPA/CFCH, NAEA, 1989. 165 p.
- BARBOSA, Rosimar Freire. **Impacto social e sua relação com o projeto de políticas públicas em áreas alagadas de Belém: um estudo de caso**. Apresentado no IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.
- CORRÊA, Antônio J. L. **O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém**. Belém, 1989. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA/UFPA.
- FERREIRA, Carmena F. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-Pará)** (dissertação) Programa de Pós-Graduação em geografia física do Departamento de geografia FFLCH/USP. São Paulo:1995
- MENDONÇA, F. & MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo et al. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004. 328 p.
- MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa universitária, 1966.
- PARÁ. Governo do Estado. **Diagnóstico Habitacional. Plano Estadual de habitação de Interesse Social**. Belém: SEDURB/COHAB/IDESP/SEGOV, 2009.
- PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Para: estudo de geografia urbana**. Belém: Editora da UFPA, 1968.
- PINHEIRO, Roberto V. L. **Estudo Hidrodinâmico e sedimentológico do Estuário Guajará-Belém (PA)** (Tese). Pós-Graduação em Geociências. Belém: 1987.
- RODRIGUES, Edimilson Brito. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA/UFPA/FCAP. 1996.
- SANTOS, Emmanuel R. C. **À beira do rio e às margens da cidade: diretrizes e práticas de planejamento e gestão para a orla de Belém (PA)**. Belém, 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA/UFPA.
- SANTOS, Viviane C. **Reconstrução da paisagem da Vila da Barca e suas implicações nas relações sociais dessa comunidade**. Belém, 2012. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia) – PP GEO/UFPA.
- TRINDADE Jr., S. C. **Produção e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.